



PSICOLOGÍA Y RELACIONES INTERPERSONALES

TRANSFORMAÇÕES NA FAMÍLIA: A RESPOSTA DA ESCOLA

Eduardo Nuno Fonseca
Universidade de Lisboa

RESUMO

Esta comunicação visa compreender melhor o papel que a família portuguesa contemporânea desempenha, juntamente com a Escola, na promoção da formação pessoal e social das gerações mais novas. Num primeiro momento abordaremos em traços muito sintéticos o ambiente axiológico contemporâneo no qual a sociedade portuguesa se insere. Numa fase seguinte, as especificidades das mudanças ocorridas na sociedade portuguesa nas últimas décadas serão mencionadas, no que concerne à família. As famílias portuguesas têm de facto mudado substancialmente. Em termos teográficos, poder-se-ia afirmar que a família portuguesa é hoje precária, instável e com um curto prazo de vida. À luz dessas modificações, o papel e o desempenho formativo da família será analisado. Constituirá o terceiro momento. Finalmente, terminaremos com algumas considerações finais concernentes às interpelações que emanam da compreensão da família portuguesa contemporânea no contexto das metas que a Escola possui. A Escola pública tem decorrentes responsabilidades acrescidas. Até porque, com a Lei Bases Sistema Educativo de 1986, a Formação Pessoal e Social passou a constituir um dos vectores educacionais, claramente expresso no conteúdo do texto legal. Destaque-se a alínea b) do artigo terceiro onde é mencionado que o sistema educativo organiza-se de forma a "contribuir para a realização do educando através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos".

Palavras-Chave: Escola; Família; Sistema Educativo; Cidadania;

ABSTRACT

This paper aims to better comprehend the role played by both the contemporary Portuguese family, and the School, in the promotion of the social and personal formation of the younger generation. To begin with, we will briefly point out the current axiological atmosphere in which the Portuguese society operates. Secondly, we will refer to the changes that have occurred within the Family over last few



decades. The reality is that Portuguese family has changed substantially. In short, it could be said that at present these families are in a precarious position, they are unstable and have a short life expectancy. In the light of these critical changes, both the role and the performance of the Family will be analyzed. We will conclude this paper by considering the interpellations which came out of an analysis of the Portuguese family and its relation to educational goals. One of the findings is that the state School has further responsibilities in this area. This reality has its origins in an Act which was approved by the Portuguese Parliament in 1896. In this act Personal and Social Training explicitly became one of the pillars of public education. This is seen, for example, in section b) of article 3 of this act, where is stated that the education system should be organized in order to "contribute to the pupil's fulfillment through the thorough development of his personality, the formation of his character and as well as his citizenship, enabling the student to consciously reflect on civic, moral, aesthetic and spiritual values".

Key-Words: School; Family; Educative System; Citizenship

OBJECTIVOS

Esta comunicação visa compreender melhor o papel que a família portuguesa contemporânea desempenha, juntamente com a Escola, na promoção da formação pessoal e social das gerações mais novas. Num primeiro momento abordaremos em traços muito sintéticos o ambiente axiológico contemporâneo no qual a sociedade portuguesa se insere. Numa fase seguinte, as especificidades das mudanças ocorridas na sociedade portuguesa nas últimas décadas serão mencionadas, no que concerne à família. À luz dessas modificações, o papel e o desempenho formativo da família será analisado. Constituirá o terceiro momento. Finalmente, terminaremos com algumas considerações finais concernentes às interpelações e à resposta que emanam da compreensão da família portuguesa contemporânea no contexto das metas que a Escola possui.

DESENVOLVIMENTO DO TEMA

Enquadramento Axiológico da Sociedade e Família

A primeira tarefa que nos afigura realizar é reconhecer as principais características que definem o complexo quadro da moralidade da sociedade portuguesa. É curial a contextualização da Família e da Escola, como categorias não herméticas, e dos seus agentes educativos na acção empreendida na sociedade contemporânea que tem sido alvo de mutações acentuadas. O reconhecimento das grandes tendências é um elemento preponderante para a explicação do que em termos concretos e reais acontece, assumindo-se dessa forma a porosidade da Escola e Família face ao meio envolvente. Assentamos como pressupostos da nossa análise aquilo que Almeida (2004) alude em relação à assunção de que nem a Escola nem a Família são desconectadas dos respectivos contextos envolventes e que a Escola é substancialmente dependente das heranças emanadas do seio familiar, da socialização familiar "que se faz antes e fora e apesar dela" (p. 84), tornando o binómio família-escola um par de estreita conexão.

As arquitecturas familiares derivam das repercussões das cosmovisões, das mentalidades, dos costumes e das formas de relacionamento entre homens e mulheres. As mudanças que têm se verificado na família podem ser explicadas pelos modos como os grupos ou os indivíduos interpretam



PSICOLOGÍA Y RELACIONES INTERPERSONALES

as normas sociais produzidas num determinado contexto histórico. As grandes transformações sócio-culturais influenciam os comportamentos familiares sublinhando a permeabilidade da família (Aboim & Wall, 2002). Nesse sentido, o pós-modernismo, o pluralismo, o relativismo, o individualismo, o secularismo e o materialismo – na sua acepção mais axiológica, constituem a família dos *ismos*, o conjunto de vectores cada vez mais determinante no universo ético das sociedades contemporâneas ocidentais, regulando e balizando a ordem moral. O conjunto dessas macro-tendências, ligadas e entrelaçadas, marcam o declínio de um período sócio-histórico e o advento de outro – a pós-modernidade, que levanta desafios e constrangimentos culturais, sociais e particularmente éticos.

Com o postulado da desintegração das grandes narrativas (pós-modernismo) e o declínio da tradição judaico-cristã no seu impacto específico na Ética, esta fica carecida de um fundamento sólido. A prescrição normativa universal e incondicional é fortemente condicionada pela assunção que as decisões morais são do foro da subjectividade, preferências exclusivamente afectivas e emocionais que reflectem apenas a relação do sujeito com certos valores, tornando o politeísmo axiológico uma contingência humana inexorável. O relativismo ético, empolado pelo secularismo, pelo pluralismo e pelo individualismo triunfante, num contexto de crescente diversidade cultural e étnica, inviabilizam também o esforço para se atingir a universalidade em termos éticos. A moral fica refém do tempo e do espaço, esbatendo-se a diferença capital entre o ser e o dever-ser, entre juízos de facto e juízos de valor, entre a descrição e a prescrição (Araújo, 2005).

Desde os finais do século XVIII, o movimento de laicização e privatização da vida familiar no Ocidente Europeu, contribui para a família tradicional se fechar paulatinamente sobre o núcleo familiar, tornando-se o *locus* da vida privada, a “concha de afectos, resguardada do exterior” (Almeida, 2004, p. 85). A dependência que outrora existia (*as amarras tradicionais*) quer da autoridade eclesiástica, quer da pressão da vizinhança quer ainda dos interesses da rede de parentesco já não ocorre. Os vínculos sociais que ainda têm subsistido são apenas os relacionados com a vida profissional e escolar (Wall, 2005; Almeida, 2004; Almeida, André & Lalanda, 2002). O casamento já não é maioritariamente encarado como um sacramento, passando a prevalecer uma visão mais laica, mais privada onde a esfera individual é enfatizada, ao invés do dever sustentando pelo sentido do transcendente. Em relação à preservação do casamento pela vida fora, esse preceito normativo cede o lugar a argumentos individualistas como a regra do bem-estar pessoal e o desejo da persistência do amor (Torres, 1996). Nesse sentido, Almeida (2003) situa os valores da família num quadro interpretativo onde é focada a erosão dos valores institucionais fundados na religião, na autoridade e na indissolubilidade dos vínculos familiares (eixo de secularização) e a afirmação dos valores de autonomia, de realização pessoal e de expressividade (eixo de individualização).

As profundas mudanças assinaladas suscitam inúmeras e complexas problematizações, pois o desenvolvimento e mutação sociocultural reflecte-se nas instituições em geral, criando a necessidade de reequacionar a Escola e Família em sentido lato, de forma a responder adequadamente às necessidades, constrangimentos, condicionamentos e desafios de uma nova era. No epicentro dessa efervescência encontra-se a Escola e a Família como *locus* eminentemente morais, suscitando uma preocupação profunda relativa à educação moral das futuras gerações (Hargreaves, 1998).

Mudanças na Família Portuguesa

As famílias portuguesas têm de facto mudado substancialmente. Em termos teográficos, seguindo Almeida, poder-se-ia afirmar que a família portuguesa é hoje precária, instável e com um



curto prazo de vida (Wall, 2005; Almeida, 2003; ver Aboim, 2004, pp. 51-77, alguns indicadores macrossociais da família e modernização em Portugal).

Com base nos dados estatísticos disponíveis em relação a alguns comportamentos familiares, existe evidência sociológica de que tem havido transformações amplas e progressivas particularmente a partir da segunda metade do século XX. Destacamos os seguintes: a) queda abrupta da fecundidade desde 1975; b) decréscimo moderado da nupcialidade e o recuo considerável da percentagem dos casamentos católicos (em 2006, quase metade dos casamentos (48%) já não são católicos); c) aumento progressivo dos nascimentos fora do casamento e dos divórcios (hoje em dia um terço dos casamentos está destinado à ruptura num horizonte temporal de 5 anos; em 2006, a *ratio* de divórcios foi de 4,8 para cada 10 casamentos; Portugal contribui para o cenário europeu onde ocorre um divórcio a cada 33 segundos, sendo mesmo o líder, tendo registado, de 1995 a 2004, o maior aumento na taxa de divórcios (89%) (I. D. Bastos, 2006, 8 de Maio; L. Meireles, 2008, 9 de Fevereiro)); d) avanço vigoroso das taxas de actividade feminina, quase sempre a tempo inteiro e com os pesados horários de trabalho relativamente aos demais países da Europa. Sobretudo as mulheres em idade de maternidade activa têm as taxas mais altas no contexto europeu (refira-se ainda a esse respeito que a saída das mulheres para trabalhar fora de casa não acompanhou o movimento inverso do homem começar a colaborar no seio doméstico; temos em termos europeus o modelo mais desigual na partilha das actividades domésticas) (Almeida, 2005, 2004). Realce-se igualmente o consumo exacerbado de álcool como problema eminent de saúde pública e a realidade tenebrosa da violência doméstica transversal a todas as classes sociais. Apesar de ser considerada um crime público desde 2000, é ainda drasticamente retratado pelos relatórios da Associação Portuguesa de Apoio Vítima (APAV), onde é mencionado por exemplo que uma em cada três portuguesas ao longo da sua vida é vítima de violência podendo tal situação durar uma vida inteira (C. Pinto & P. Fonseca, 2006, Fevereiro).

Assim, a coabitacão informal tem crescido e o divórcio e a recomposição familiar, fenómenos de dissolução e reconstituição têm assumido uma pluralidade de manifestações. Cada vez mais crianças nascem fora do casamento e vivem ao longo da sua vida, em famílias recompostas ou monoparentais (ver Wall & Lobo, 1999, dados sociográficos recentes entre as famílias monoparentais em Portugal sobre o seu perfil e a sua diversidade interna da própria situação). Em suma, "a linearidade dos percursos, a sua formalidade ou a sua perenidade do vínculo conjugal são, assim, traços que não se aplicam a uma significativa parcela das formas actuais de organização da vida familiar" (Aboim, 2004, p. 76), tornando a família cada vez mais um agregado de indivíduos descartáveis (Santo, 2002).

Nas décadas recentes, a nossa sociedade tem registado transformações relevantes no seu espaço geográfico, tecido económico, estrutura social e regime demográfico. De facto, nas últimas três décadas, fortemente devido à ruptura institucional que o 25 de Abril de 1974, Portugal mudou para além do que se julgou possível, não havendo paralelo à escala europeia (Mónica, 1999).

Simultaneamente, tem sido também atravessada por tendências motrizes configuradoras de um contexto histórico-cultural pós-moderno. A família emerge como participante activo e resultado desse processo de mudança global, cuja natureza quer em termos de intensidade quer em termos de ritmo varia segundo a geografia da nação, a segmentação social ou o nível de análise em que nos situamos (práticas ou representações) (Almeida, 2003). Portanto, apesar das mudanças verificadas, deve-se evitar uma leitura excessivamente hegemónica para o contexto português (Aboim, 2004).



PSICOLOGÍA Y RELACIONES INTERPERSONALES

Inibição do Papel Formativo da Família

A família, espaço educativo por excelência, é considerada o núcleo central do desenvolvimento moral, cognitivo e afectivo, no qual se criam e educam as crianças e jovens, ao proporcionar os contextos educativos indispensáveis para cimentar a tarefa de construção de uma existência própria. A família é também o espaço histórico e simbólico, onde as pessoas se encontram e convivem, no qual e a partir do qual se promovem valores, competências e os destinos pessoais. A família revela-se, portanto, um espaço privilegiado de construção social da realidade em que, através das relações entre os seus membros, os factores do quotidiano individual recebem o seu significado.

No contexto português, a produção legislativa descentralizadora e autonomizante sobre os estabelecimentos de ensino reconheceu a importância destes e criou condições para um maior envolvimento e participação das famílias na vida escolar. É a partir da entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema Educativo que se deu início a um novo protagonismo das famílias na vida da escola no contexto português. Tal documento reconhece nos pais e na escola dois pólos essenciais à democracia. Os pais relacionam-se com as escolas em função da defesa dos seus interesses e das necessidades dos seus filhos e a escola tem um papel essencial a desempenhar na educação cívica dos alunos. A escola é a instituição ideal para o exercício da cidadania, pelo que a participação das famílias na vida escolar traduz-se em benefícios vários para o desenvolvimento e aproveitamento escolar das crianças, para as famílias, para os professores e para o desenvolvimento de uma sociedade democrática. A interacção entre as famílias e os professores tem por finalidade a socialização da criança, a sua iniciação na vida em sociedade e a preparação do seu futuro. Embora com diferentes graus de interesse, envolvimento e expectativas, a escola faz parte da vida quotidiana de cada família. Se existir articulação nos processos de socialização e educação assumidos separadamente pela escola e pela família, a função educadora da família e o papel socializante da escola fortalecer-se-iam mutuamente. Em suma, a escola para bem funcionar no seu projecto educativo global terá que promover a implicação dos encarregados de educação como parceiros imprescindíveis, aspecto que a abordagem da Educação do Carácter fortemente sublinha (Fonseca & Fontes, 2003).

Todavia, perante um quadro desta natureza a condição da família como agente de socialização tem sido alterada. As teias familiares têm perdido a sua robustez e tenacidade pois são alteradas na medida que são constituídas em torno de estruturas fragilizadas. Devido à redução do núcleo familiar, ao maior isolamento, as outras figuras adultas de referência tradicional para a socialização moral como os avós, tíos e amigos têm pouco espaço de acção e menor significado nas actuais teias (Frasquilho, 1998, Dezembro; Marques, 1998; Carita & Abreu, 1994). Os mais idosos já não são encarados como uma mais-valia na coesão e desenvolvimento familiar. Em inúmeros casos, e pelas estatísticas disponíveis, cada vez mais frequentes, são considerados como um fardo que é colocado de uma forma crescente ora nos lares, ora nos hospitais (Barreto, 2005). Num quadro cultural de um modelo assimétrico entre géneros na divisão do trabalho doméstico e na educação dos filhos e com a entrada massiva e duradoura das mulheres no mercado de trabalho, imparável em Portugal desde a década de 60, constitui outro factor inibidor de estratégias em prol de um acompanhamento consistente e com qualidade por parte dos progenitores. Aumenta a precocidade da experiência escolar das crianças e a mulher, figura chave nessa área (ela própria não pretende deixar de ser uma mãe educadora), encontra-se deveras limitada, com a acumulação de tarefas domésticas e o investimento na carreira (Almeida, 2004; Almeida, André & Lalande, 2002). Em relação aos divórios, os processos de ruptura conjugal são emocionalmente dolorosos para todos os intervenientes. Esse acontecimento significa o fim de uma promessa, de um projecto, da partilha de um ciclo de vida (ver Torres, 1996). Alguns



investigadores têm concluído que a ausência de um dos progenitores (especialmente o pai), devido ao divórcio ou ainda ao abandono do lar ou nascimento fora do casamento é mais difícil para uma criança ultrapassar do que a morte de um dos progenitores (Popenoe, 2000; Kilpatrick, 1992). Noutra dimensão, é consensualmente assumido que a criação dos filhos é indubitavelmente uma tarefa exigente e cansativa que tem mais condições de ser satisfeita e suplantada quando dois adultos não só se entreajudam como também podem compensar as deficiências do outro e melhorar o desempenho mútuo, num quadro em que se assume que cada um tem qualidades únicas e insubstituíveis (Popenoe, 2000). No caso das famílias recompostas existem problemas relacionados com a ausência de regras e de modelos de conduta, derivada da indefinição das fronteiras entre gerações, da oscilação dos filhos entre vários lares e diversos *país*, mitigando assim a sua autoridade como educadores (Freixo, 2002). Outro aspecto de suma importância com repercussões na estabilidade e na qualidade formativa por parte da família é o fenômeno da violência ocorrida no próprio lar, situação certamente amplificada pelo alcoolismo. Paradoxalmente, a família, contexto singular e complexo, é portador de uma antinomia profunda. Podendo ser um espaço de afirmação e realização pessoal, de desenvolvimento do bem-estar e da nutrição de relações interpessoais saudáveis e harmoniosas, é, em contraponto, um contexto onde ocorrem narrativas trágicas, histórias de maus-tratos e negligéncia a vários níveis, desresponsabilização paterna, violência psicológica e mesmo atentados à integridade sexual.

Finalmente, um aspecto não menos importante é reconhecer que mesmo existindo estabilidade e algum grau de coesão nas famílias, os pais, estão cada vez mais imersos numa cultura relativista, individualista e de não-ajuizamento. As oscilações, fluxos e novos paradigmas morais, configurando o que é denominado por crise de valores tornam o processo educativo integral do ser humano um processo deveras complexo (Mendes 2001; Henriques, 2000). Na opinião de Hargreaves uma das consequências perniciosas da idade pós-moderna é a falta de orientação clara concernente aos valores sociais e morais a veicular (1998, p. 65). Concomitantemente prevalece a realização e o sucesso individuais ao invés da educação dos filhos (Almeida, 2004). Tal ambiente esvazia de sentimentos e de convicções as crenças em matérias chave na formação pessoal e social, tornando o domínio e a abordagem axiológica com os mais novos uma questão de opinião pessoal não-directiva, isenta de seriedade e de verdade, num niilismo distante da sabedoria sobre as aspirações e limites da natureza humana. O diagnóstico de Hymowitz (2000, p. 39) é preocupante, quando escreve que “os adultos não têm estímulos culturais significativos que possam alimentar a imaginação vazia dos filhos, não têm nada que os possa ajudar a ordenar as suas vidas caóticas, informes”.

CONCLUSÕES

A família deveria ser a primeira e principal zeladora no papel crucial no desenvolvimento integral dos seus descendentes. Mas é inequívoco que a família perdeu influência enquanto sistema de socialização e de transmissão de valores, particularmente no designado período de socialização primária, espaço temporal fundamental para a estabilidade emocional, a aquisição da linguagem, a cooperação e a relação com os outros, dado que os adultos potencialmente influenciadores do carácter e do sistema de valores dos mais novos detêm menos oportunidades de interacção e são reféns das consequências resultantes da desagregação familiar e do contexto cultural prevalecente (Pinto, 2005; Marques, 1998). Reconhecemos que a nova reconfiguração familiar fragiliza a socialização moral e cívica dos mais novos, enfraquece o relacionamento entre Escola e Família (onde a educação em ambas as entidades continua a depender de um universo eminentemente feminino) que se pretenderia o mais



PSICOLOGÍA Y RELACIONES INTERPERSONALES

robusto e harmonioso possível e remete para a Escola a responsabilidade substancial de uma formação integral planeada e sustentada. A família com a crescente redução quer em termos de dimensão quer em termos de funcionalidade efectiva, convoca necessariamente a Escola para um estatuto cada vez mais substitutivo, ao invés de uma posição supletiva e subsidiária especialmente em áreas como a formação moral.

A Escola é assim desafiada a maximizar e capitalizar a sua influência moral, encarando todas as áreas que compõem a vida escolar como oportunidades legítimas para o desenvolvimento integral dos alunos. Propõe-se uma "percepção compreensiva da escola como espaço e tempo de educação moral" (Cunha, 1996, p. 35). A Escola é claramente um agente privilegiado de socialização moral, pois trata-se da entrada da criança na sociedade maior, com todas as inerentes responsabilidades em relação a si e aos outros, como a importância de atender a regras básicas, a obrigação de respeitar os direitos dos outros, e o compromisso do bem comum dos indivíduos e da comunidade (Watson, 1999).

A Escola deverá fazer tudo aquilo que estiver ao seu alcance para ser um contributo objectivo e válido no desenvolvimento moral dos alunos, reconhecendo-os sempre como pessoas merecedoras de todo o esforço e dedicação das mais variadas valências educativas. Na promoção do desenvolvimento pessoal e social dos alunos, enformada por um núcleo basilar de valores, num paradigma holístico e esclarecido, a Escola deve ter legitimidade e reconhecer a urgência de uma intervenção mais compreensiva, estruturada e consistente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aboim, S. (2005). A formação do casal: formas de entrada e percursos conjugais. Em K. Wall (Org.). *Famílias em Portugal*. Lisboa: ICS.
- Aboim, S. (2004). *Conjugualidades em mudança: Percursos, orientações e dinâmicas da vida a dois*. Tese de doutoramento inédita. Lisboa: ISCTE, Departamento de Sociologia.
- Aboim, S. & Wall, K. (2002). Tipos de família em Portugal: interacções, valores, contextos. *Análise Social*, vol. XXXVII, 163, 475-506.
- Almeida, A. N. (2004). A Família, a Criança e a Escola: cumplicidades em mudança. Em *Direitos e Responsabilidades na Sociedade Educativa*. Textos da Conferência Internacional, Novembro de 2003. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 83-94.
- Almeida, A. N. (2003). *Família, Conjugualidade e procriação*. Em J. Vala, M. Villaverde Cabral e A. Ramos (Coord.). Valores Sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 50-93.
- Almeida, A. N., André, I. M. & Lalanda, P. (2002). Novos Padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal. *Análise Social*, vol. XXXVII, 163, 371-409.
- Araújo, L. (2005). *Ética, uma Introdução*. Estudos Gerais, Série Universitária. Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Barreto, A. (2005). *A ilusão magnífica*. Em Suplemento Especial Visão 'O Estado da Nação', 6-11.
- Bastos, Inês (2006, 10 de Novembro). Violência Doméstica. *Diário de Notícias*.
- Carita & Abreu (1994). *Formação Pessoal e Social - Desenho Curricular*. Cadernos de Formação Pessoal e Social, 3, Instituto de Inovação Educacional, Lisboa.
- Cunha, P. (1996). *Ética e Educação*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Fonseca, E. & Fontes, A. (2003). *Escola e Família: As percepções dos Alunos e dos Pais sobre o Interesse na dinâmica Escolar*. Trabalho não publicado realizado no âmbito da disciplina



Metodologia da Investigação II, parte curricular do mestrado em Educação, Departamento de Educação da Faculdade de Ciências, Universidade de Lisboa.

Fonseca, P. & Pinto, C. (2006, Fevereiro). *Até que a morte os separe*. Em Visão, 73-86.

Frasquilho, M. A. (Dezembro, 1998). *Stress na profissão docente: do indivíduo ao sistema. Escolas promotoras da saúde*. Comunicação ao Seminário "Stress na Profissão Docente", organizado pela Associação Nacional dos Professores do Ensino Secundário e Associação Sindical dos Professores Pró-Ordem.

Freixo, M. (2002). *A Televisão e a Instituição Escolar*. Lisboa: Instituto Piaget.

Kilpatrick, W. K. (1992). *Why Johnny can't tell right from wrong: Moral illiteracy and the case for character education*. New York: Simon and Schuster.

Hargreaves, A. (1998). *Os professores em tempos de mudança: O trabalho e a cultura dos professores na idade pós-moderna*. Lisboa: McGraw Hill.

Henriques, 2000. *Perspectivas Conceptuais da Educação para a Cidadania*. Em A educação para a cidadania na Europa nos últimos dez anos, Lisboa, Nação e Defesa. Instituto de Defesa Nacional, 93, 35-52

Hymowitz, K. S. (2000). O que aconteceu às crianças. *Nova Cidadania – Liberdade e Responsabilidade Pessoal*, Ano II, 5, 32-39.

Marques, R. (1998). *Ensinar Valores: Teorias e Modelos*. Colecção Escola e Saberes, 13. Porto: Porto Editora.

Meireles, L. (2008, 9 de Fevereiro). Casamento para quê?. *Expresso*. 35.

Mendes, C.P.S.S. (2001). *Professor e Educador – Estudo Exploratório sobre o papel do professor enquanto educador moral*. Tese de mestrado não publicada. Ciências da Educação. Universidade de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.

Mónica, M. F. (1999). *Cenas da Vida Portuguesa*, Lisboa: Quetzal.

Pinto, J. (2005). *Escola Global – Quo Vadis*. 1ªedição. Colecção Campo da Educação, 11, Porto: Campos de Letras.

Popenoe, D. (2000). Um Mundo Sem Pai. *Nova Cidadania – Liberdade e Responsabilidade Pessoal*, Ano II, 5, 10-26.

Santo, M. E. (2002). *A Religião na Mudança – a Nova Era*. Lisboa: Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões.

Torres, A. (1996). *Divórcio em Portugal – Ditos e Interditos, uma análise sociológica*. Oeiras: Celta Editora.

Wall, K. (2005) (Org.). *Famílias em Portugal*. Lisboa: ICS.

Wall, K & Lobo, C. (1999). Famílias monoparentais em Portugal. *Análise Social*, vol. XXXIV, 150, 123-145.

Watson, M. (1999). The Child Development Project: building character by building community. *Action in Teacher Education*, 20(4), 59-69.

Fecha de recepción 1 Marzo 2008

Fecha de admisión 12 Marzo 2008